

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

**1.1** Aquisição de **ARES-CONDICIONADOS COM INSTALAÇÃO**, para atender às necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Logística, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

1.2	<b>Requisitante:</b>	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, art. 28, inciso I.
1.4	<b>Período:</b>	Entrega Imediata - Com prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos
1.5	<b>Tipo:</b>	Menor preço global nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº. 14.133/21;

#### 2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

**2.1** A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD
01	458218	<b>AR-CONDICIONADO, tipo SPLIT HI WALL</b> , de parede, frio, capacidade de refrigeração mínima de <b>12.000</b> BTU/h, 220 volts, função de desumidificação, controle remoto sem fio, baixo nível de ruído. Rotulagem contendo, Selo PROCEL com classificação "A" na Tabela de Eficiência Energética (condicionadores de ar) do Programa Brasileiro de Etiquetagem do INMETRO, nome do produto, dados do fabricante e tensão nominal. Garantia mínima do fabricante de 01 (um) ano.	UN	02
02	611340	<b>AR-CONDICIONADO, tipo SPLIT HI WALL</b> , de parede, frio, capacidade de refrigeração mínima de <b>18.000</b> BTU/h, 220 volts, função de desumidificação, controle remoto sem fio, baixo nível de ruído. Rotulagem contendo, Selo PROCEL com classificação "A" na Tabela de Eficiência Energética (condicionadores de ar) do Programa Brasileiro de Etiquetagem do INMETRO, nome do produto, dados do fabricante e tensão nominal. Garantia mínima do fabricante de 01 (um) ano.	UN	02

<b>03</b>	<b>605381</b>	<b>AR-CONDICIONADO, tipo SPLIT HI WALL</b> , de parede, frio, capacidade de refrigeração mínima de <b>24.000</b> BTU/h, 220 volts, função de desumidificação, controle remoto sem fio, baixo nível de ruído. Rotulagem contendo, Selo PROCEL com classificação "A" na Tabela de Eficiência Energética (condicionadores de ar) do Programa Brasileiro de Etiquetagem do INMETRO, nome do produto, dados do fabricante e tensão nominal. Garantia mínima do fabricante de 01 (um) ano.	UN	<b>04</b>
-----------	---------------	--	----	-----------

**2.2** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746 de 29/09/2022.

**2.3** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 33.997/2023.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**3.1** Tal aquisição se faz necessário para atender as demandas da Secretaria de Infraestrutura e Logística no que tange bem estar e conforto de seus servidores.

**3.2** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares

**3.3** Chegou-se ao quantitativo, após análise da Planta Baixa das dependências da Secretaria de Infraestrutura e Logística, cedida pela Secretaria Municipal de Casa Civil.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**4.1** A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, bem como, no subitem 2.1 deste instrumento.

**4.2** A contratação se dará por Pregão Eletrônico, em conformidade com o Art. 28, inciso I da Lei Federal 14.133/21.

### **5. VISTORIA**

**5.1** A empresa interessada poderá fazer uma visita técnica facultativa ao local onde serão instalados os aparelhos de ar condicionado, que representará a oportunidade para as licitantes interessadas conhecerem as características e especificações, condições especiais ou dificuldades que possam interferir na execução dos trabalhos, além de fazerem todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais.

**5.2** Assim sendo, caso a licitante que venha a ser contratada, não tenha realizado a visita, não poderá deixar de realizar o serviço nos termos e condições pactuadas, sob a alegação de não ter ciência de tais condições. dos serviços, deverá realizar esta vistoria, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 14 horas.

**5.3** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

**5.4** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**5.5** Será emitido pela Contratante parecer afirmando que foi realizada a Vistoria Técnica pela empresa interessada e que a mesma atesta que conhece o local e as condições da realização da instalação do piso.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**6.1** Os aparelhos de ar-condicionados deverão ser entregues instalados na Secretaria de Infraestrutura e Logística em suas novas instalações situada na Av. Alberto Braune 224 - sobreloja - Prédio da OI, na Subsecretaria de Veículos Leves e Pesados - SMVLP, situado na Antiga Rodoviária na mesma avenida e no Almoxarifado Central situado na Rua Clarindo da Rosa Teixeira, nº 130 - Área A - Conselheiro Paulino em prazo não superior a 30 (trinta) dias a partir do recebimento da Nota de Empenho.

**6.2** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada fornecer os aparelhos de ar condicionados conforme especificação descrita em Edital, a mão de obra necessária para a plena execução do serviço, o fornecimento dos cabos, eletrodutos, curvas, conexões, conectores, entre outros. Caberá a empresa contratada a interligação elétrica de força aos equipamentos, bem como a interligação entre condensador e evaporador, através de cabo PP com selo do INMETRO, a partir dos pontos de força fornecidos pela CONTRATANTE próximos as unidades evaporadoras.

**6.3** Todos os fios e cabos elétricos não poderão conter emendas entre as chaves dos quadros de força e o ponto de alimentação dos equipamentos. Assim como, fornecimento dos canos, conexões, entre outros.

**6.4** Caberá (se necessário) à empresa licitante o fornecimento de mão francesa para suporte do condensador, de acordo com o tamanho de cada equipamento.

**6.5** Caberá a empresa licitante a realização das aberturas, caso necessite, em alvenaria necessárias para a passagem da instalação elétrica e frigorífica.

**6.6** Ao término dos serviços de desinstalação e instalação a licitante será responsável pelos serviços de acabamento nos imóveis como: argamassa, pintura, limpeza, entre outros serviços que necessitar, devolvendo o prédio com as suas características originais;

**6.7** A licitante deverá realizar a limpeza e remoção de todos os resíduos decorrentes do processo de desinstalação e instalação.

**6.8** Todo e qualquer ônus decorrente da entrega desinstalação e instalação do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da licitante.

**6.9** Caberá à CONTRATADA o fornecimento de um controle remoto para cada unidade evaporadora a ser instalada.

**6.10** A CONTRATADA, na montagem dos equipamentos e seus acessórios, deverá seguir as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas: ABNT – NBR 16401 – Instalações de Ar condicionado – Sistemas centrais e unitários; ABNT – NBR 5410 (antiga NB – 3) – Instalações elétricas de baixa tensão A contratada

deverá estar devidamente cadastrada em órgãos fiscalizadores, nas esferas públicas (Municipal, Estadual e Federal). Apresentar responsável técnico, devidamente credenciado e licenciado em seu Conselho Profissional (quando for o caso).

**6.11** A vencedora deverá seguir as normas vigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e os funcionários envolvidos no trabalho deverão estar devidamente uniformizados e identificados, com todo o material de EPI que o serviço requer.

**6.12** A contratada deverá garantir que os produtos sejam entregues em perfeitas condições e em embalagens apropriadas visando a completa cobertura de suas funcionalidades

**6.13** A instalação dos aparelhos deverá ser feita de segunda a sexta-feira, no horário das 9 às 17 horas, sempre acompanhado de um servidor designado pela secretaria requisitante.

**6.14** A equipe deverá estar uniformizada, portando todo o equipamento de segurança necessário e devidamente identificada, durante toda a execução do trabalho.

**6.15** A Contratada deverá fornecer garantia de 1 (um) ano do material instalado, a contar da data de conclusão do serviço.

**6.16** Não será admitida a subcontratação do objeto.

**6.17** O prazo de garantia dos produtos ofertados terá início a partir da entrega e instalação dos equipamentos. Todos os equipamentos e instalações descritos neste Termo de Referência, deverão ser garantidos pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.

**6.18** O endereço para assistência técnica poderá ser comprovado pelo catálogo de assistência técnica do fabricante ou na sua falta por indicação expressa da licitante CONTRATADA.

**6.19** Atender as solicitações para conserto e corrigir defeitos apresentados nos aparelhos/equipamentos em prazo não superior a 03 (três) dias úteis dentro do período de garantia.

**6.20** Substituir, dentro do período de garantia e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da CONTRATANTE, os aparelhos/equipamentos que venham a apresentar falhas ou defeitos insanáveis, sem que isto acarrete ônus para a CONTRATANTE.

**6.21** Efetuar às suas expensas substituições de partes e peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas do fabricante, garantindo recolocar os equipamentos em seu perfeito estado de funcionamento.

**6.22** As despesas decorrentes dos serviços executados, bem como dos tributos e outros encargos incidentes sobre as prestações de serviços ou manutenção em garantia ficarão sob a responsabilidade da CONTRATADA.

**6.23** Caso o reparo não possa ser concluído o equipamento defeituoso, deverá ser substituído imediatamente por outro idêntico ou superior, em caráter temporário, de forma a garantir, findo o referido prazo, que o usuário tenha um equipamento em perfeitas condições de uso.

**6.24** Os aparelhos adquiridos deverão estar em consonância com as Portarias do INMETRO, no que tange a eficiência energética e o nível de consumo de energia expresso na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, com escala de classe "A".

**6.25** A instalação deverá ser feita de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 16 horas nos locais informados pela CONTRATANTE.

## **7. DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**7.1** A entrega será imediata, com prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da Nota de Empenho e o início das instalações se dará na data de assinatura do *Memorando de Início*. A CONTRATADA terá 05 (cinco) dias corridos a partir do recebimento do documento para a sua assinatura.

A conclusão da instalação não deverá ser superior a 20 (vinte) dias corridos da data de início, nos endereços abaixo:

---

### SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

**Requisitante:**

01 equipamento de 12.000 BTU's

04 equipamentos de 24.000 BTU's

---

**Endereço:**

**Endereço: Avenida Alberto Braune, n 224, sobreloja - Centro - Nova Friburgo – RJ.**

---

### SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

**Requisitante**

02 equipamentos de 18.000 BTU's

---

**Endereço:**

**Endereço: Avenida Alberto Braune, n 223, antiga rodoviária - Centro - Nova Friburgo – RJ.**

---

### ALMOXARIFADO CENTRAL

**Requisitante**

01 equipamento de 12.000 BTU's

---

**Endereço:**

**Rua Clarindo da Rosa Teixeira, nº 130 - Área A - Conselheiro Paulino - Nova Friburgo - RJ**

---

**Horário de entrega:**

**Horário de entrega: de segunda à quinta-feira das 09:00 horas às 14:00 horas.**

---

**7.2** Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

**7.3** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

**7.4** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

**7.5** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

**7.6** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**8.1** O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, art. 28, inciso I. Com fundamento no art. 33, inciso I, da Lei nº. 14.133/21 (Menor preço global). Com entrega imediata.

**8.2** As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital de Licitação.

### HABILITAÇÃO JURÍDICA

**8.2.1 Pessoa física:** *cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;*

**8.2.2 Empresário individual:** *inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede*

**8.2.3 Microempreendedor Individual - MEI:** *Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)*

**8.2.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** *inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores*

**8.2.5 Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** *decreto de autorização para funcionamento no Brasil;*

**8.2.6 Sociedade simples:** *inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;*

**8.2.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária -** *inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;*

**8.2.8 Ato de autorização** *para o exercício da atividade de ..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. .... da (Lei/Decreto) nº .....*

### HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

**8.2.9 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);**

**8.2.10 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);**

**8.2.11 Prova de regularidade fiscal** perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.2.12 Prova de regularidade** com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.2.13 Declaração** de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**8.2.14 Prova de inexistência de débitos** inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**8.2.15 Prova de inscrição** no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**8.2.16 Prova de regularidade** com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

**8.3** Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital de Licitação.

## **9. GESTÃO DO CONTRATO**

**9.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**9.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**9.3** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos. Conforme planilha abaixo:

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Fabiana Pereira Martins	63.017	Gestor titular
Izabela Silveira Lengruber	115.232	Gestor Substituto
Luciana Brantes dos Santos Lima	100.286	Fiscal Titular

Alexandre Alves da Silva	1321	Fiscal Substituto
--------------------------	------	-------------------

**9.4** O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**9.5** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**9.6** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**9.7** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

**9.8** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**9.9** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

**9.10** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**9.11** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**9.12** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

**9.13** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

**9.14** Do valor apresentado pela CONTRATADA a Prefeitura de Nova Friburgo fará as retenções de impostos de renda incidentes na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e pela Instrução Normativa SRF nº 1.234/12, de 11/01/2012 e conforme Decreto Municipal 2.480 de 30 de outubro de 2023.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1** As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

<b>9.1.1</b>	<b>Elemento de Despesa:</b>	<b>44.90.52.12</b> – Aquisição de eletrodomésticos de médio e grande porte
<b>9.1.2</b>	<b>Fonte de Recurso:</b>	<b>170500000020</b>
<b>9.1.3</b>	<b>Programas de Trabalho:</b>	<b>08.001.04.122.00011.007</b> - Adequação e Estruturação da Secretaria

**10.2** As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

**CNPJ: 28.606.630/0001-23**

**ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

**11. DA LIQUIDAÇÃO**

**11.1** A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493/2023 de 07 de novembro de 2023.

**12. DO PAGAMENTO**

**12.1** O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 2493/2023 de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

**12.2** A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

**12.3** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

**13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando

convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5 - fraudar a licitação

13.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**13.2** - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 - advertência;

13.2.2 - multa;

13.2.3 - impedimento de licitar e contratar e

13.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**13.3** - Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2 - as peculiaridades do caso concreto

13.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.4** - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato

licitado.

13.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato lícitado

**13.5** - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**13.6** - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**13.7** - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Nova Friburgo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**13.8** - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**13.9** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**13.10** - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**13.11** - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.12** - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e

decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**13.13** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.14** - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1** Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

**14.2** Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

Nova Friburgo/RJ, 18 de Dezembro de 2023.

Fabiana Pereira Martins

GESTOR - Matr.: 063.017

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como autorizo o  
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Gilcimar Cabral

Matr.: 100.719